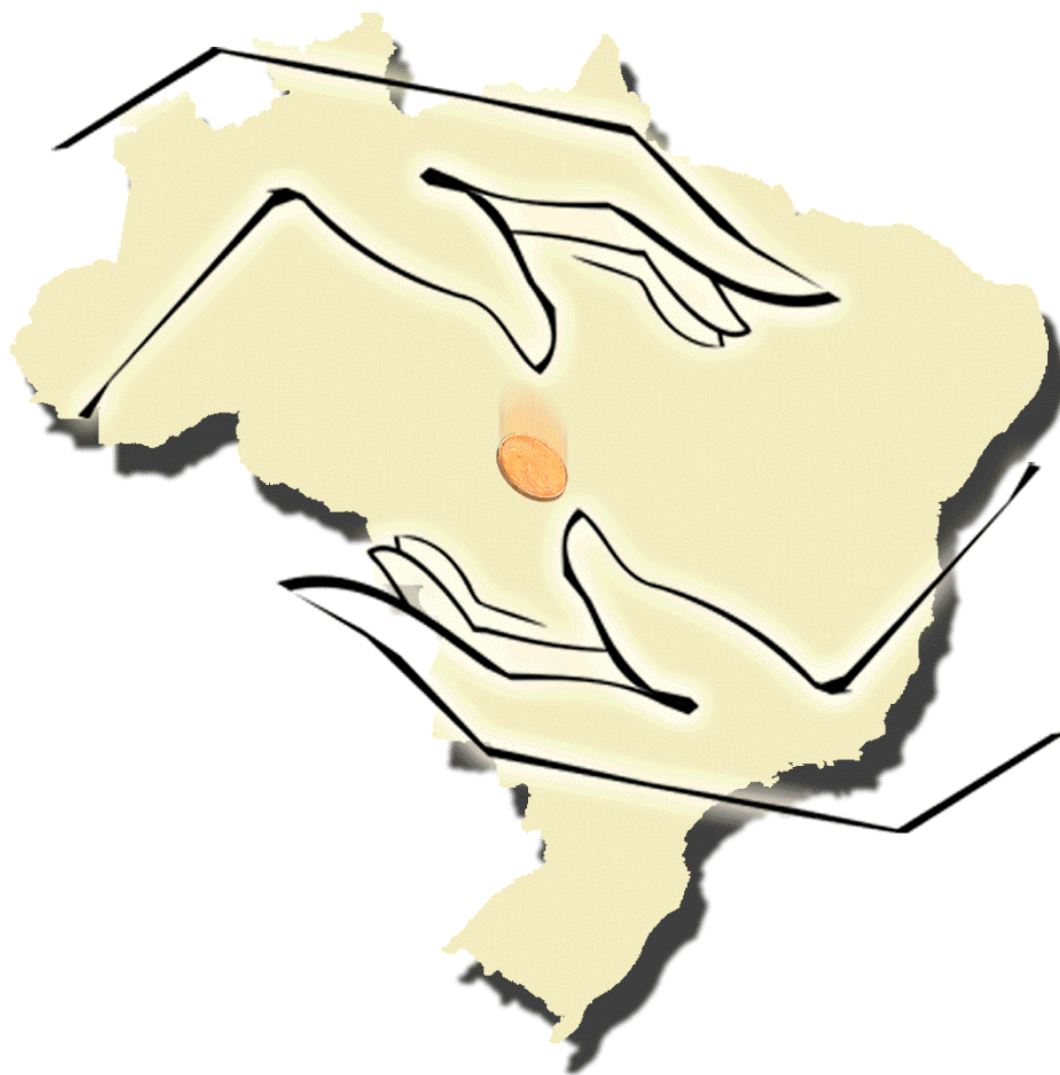


# Crescimento Pró-Pobre: O Paradoxo Brasileiro

## Sumário Executivo



Centro de Políticas Sociais

[www.fgv.br/cps](http://www.fgv.br/cps)

INTERNATIONAL  
**Poverty**  
centre

United Nations Development Programme

[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)

## SUMÁRIO EXECUTIVO

# Crescimento Pró-Pobre: O Paradoxo Brasileiro

“Os dados inéditos aqui disponibilizados nos permitem averiguar que a grande queda de desigualdade de 2004, ocorreu entre maio e setembro daquele ano 2004 e que a desigualdade continua caindo em 2005 mas a taxas decrescentes”.

### I – Introdução

“Se os cientistas sociais fossem astrônomos e a desigualdade um corpo celeste, a última PNAD seria um super telescópio situado no lugar e no momento certos. “

O PIB per capita brasileiro está próximo da média mundial, enquanto a nossa iniquidade interna reproduz as diferenças observadas entre países. Ou seja, a distribuição de renda brasileira é similar àquela observada no mundo. O alto nível e persistência tornam a desigualdade brasileira como um astro visível desde outras partes do globo. Assim como a Índia é o caso emblemático para o estudo da pobreza, e a África do Sul o da discriminação racial, o Brasil fecharia o G3, como o exemplo extremo, e ao mesmo tempo espelho, da desigualdade mundial de renda.

2004 é um ano interessante da desigualdade brasileira, pois ela é mais espetacular que a ocorrida em 1986, ano do Cruzado, explicando dois terços da queda da pobreza então observada. A queda da desigualdade de 2004 é 2004 dá seqüência a uma tendência de baixa da desigualdade iniciada em 2001. A desigualdade de 2004 atinge o nível mínimo registrado desde o Censo de 60. O suplemento especial da PNAD 2004, recém-lançado pelo IBGE, fornece condições inéditas para análise detalhada destes programas no interior das casas. Mal comparando, se os cientistas sociais fossem astrônomos e a desigualdade um corpo celeste em movimento, a última PNAD seria um supertelescópio situado no lugar certo e no momento certo para registrar a passagem do astro. Agora o que houve de lá para cá? Será que a queda da desigualdade transitória ou duradoura, será que a desigualdade continua a cair? Para responder esta pergunta, olhamos para os determinantes das mudanças observadas na renda em termos de diferentes tipos de renda. Calculamos o efeito-previdência, o efeito bolsa-família, o efeito-renda do trabalho. Por último, e mais interessante, acessamos dados inéditos sobre a evolução da distribuição de renda no período não coberto pela última PNAD. Estes elementos permitem projetar as tendências da desigualdade brasileira no futuro e questionar em que medida seus efeitos são transitórios ou em que medida se espera uma tendência dessa queda no futuro.

## II - Desigualdade ainda em Queda?

### II.1. Redistribuição de renda em 2005?

**“A grande queda de desigualdade de 2004, ocorreu entre maio e setembro daquele ano, sendo a renda do trabalho responsável por 72% dela apesar do reduzido reajuste do salário mínimo. ”**

**“Olhando sob a ótica trabalhista talvez estejamos próximos do valor máximo do mínimo em termos de impactos favoráveis na pobreza”**

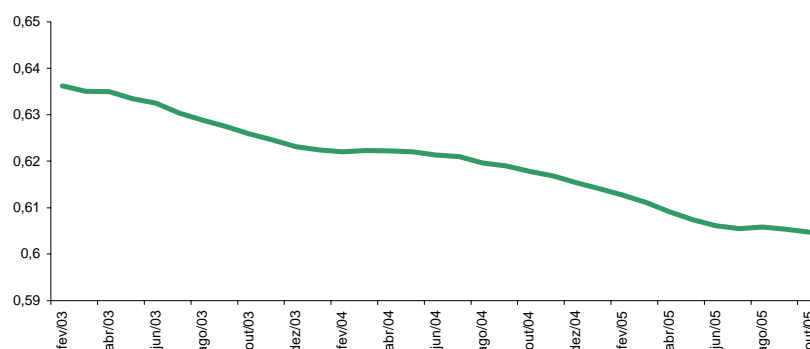
Apresentamos a seguir a evolução recente da desigualdade até o final de 2005. É um dado inédito no debate brasileiro, pois a discussão parou na PNAD 2004 relativa a setembro do mesmo ano, chegamos agora até setembro de 2005 que será conhecida a nível nacional apenas no final de 2006 quando a PNAD 2005 será divulgada. Usamos a PME que permite captar a desigualdade da renda per capita do trabalho nas principais metrópoles brasileiras. Este dado serve como indicador antecedente sobre indicadores sociais baseados em renda. Por exemplo, na época do Real descobrimos a queda da pobreza baseada a partir deste mesmo dado da PME.

O índice de GINI utilizado corresponde à medida de desigualdade mais popular existente (varia entre 0 (zero) e 1 (um) e quanto mais perto de 1 (um), maior é a desigualdade). Usando as datas da PNAD de referência: o Gini caiu 0,19 em 2003, 0,14 em 2004 (pode parecer pouco, mas basicamente multiplicou por três o efeito do crescimento sobre a pobreza)<sup>1</sup>. Como a seção 3 do trabalho demonstra a partir da PNAD em 2004, a renda per capita dos pobres subiu 14%, enquanto a renda média da população não cresceu mais de 3,6%. É como se os mais pobres tivessem vivido o esplendor econômico de uma China. Agora em 2005 (o dado inédito), a desigualdade cai 0,07 (0,606 para 0,597). Ou seja, a desigualdade de renda do trabalho continua em queda mas sofreu uma marcada desaceleração frente aos dois anos anteriores. Esta desaceleração está presente no gráfico abaixo que ilustra a média móvel de 12 meses do índice de Gini:

---

<sup>1</sup> caiu 0,12 em 2004 (de 0,585 para 0,573, medida pela PNAD)

**Evolução da Desigualdade - Índice de Gini**  
Média Móvel de 12 Meses



Fonte: microdados da PME/IBGE

Lançamos mão agora de dados da PME/IBGE em bases mensais para averiguarmos os determinantes da desigualdade a partir dos movimentos de curto prazo não suavizados das séries. Os dados representam uma oportunidade privilegiada de olharmos em detalhe temporal os seus determinantes. Estes dados indicam que a grande queda de desigualdade de 2004, ocorreu entre maio e setembro daquele ano. Antes de creditarmos ao reajuste do salário mínimo as mudanças, cabe lembrar que ele foi bastante reduzido em termos reais , portanto parece foram outros fatores fora o efeito-salário mínimo que geraram a redução da desigualdade renda em 2004. Complementarmente, a série mensal demonstra que o reajuste de 9% real dado em Maio de 2005 ao salário mínimo fornece evidências relevantes sobre o que se esperar para o reajuste de 2006 recém-concedido, dado o reajuste de 13% observado. Para aqueles que presenciaram os efeitos dos reajustes do salário mínimo de outras dadas como o de Maio de 1995 sobre dados similares, os resultados são desapontadores – a série de desigualdade de renda per capita do trabalho não sofre alterações permanentes

**Evolução da Desigualdade - Índice de Gini**



Fonte: microdados da PME/IBGE

próximos ao período de reajuste. Portanto, no que tange ao lado trabalhista dos efeitos do salário mínimo o reajuste mais forte concedido em 2006 parece não ter impactado as séries. O balanço dos possíveis efeitos positivos do mínimo sobre o salário de quem mantém o posto de trabalho parece ter sido cancelado em 2005 pelos efeitos negativos, exercidos pelo mínimo sobre desemprego e informalidade. Uma conjectura é que o ganho de mais de cerca de 75% concedido entre 1995 e 2003 tenha aumentado a efetividade do salário mínimo, fazendo com que ele esteja próximo dos valores que tenham impacto líquido favorável de queda da pobreza trabalhista. Em outras palavras, talvez estejamos próximos do valor máximo do mínimo em termos de impactos favoráveis na pobreza sob a ótica trabalhista.

### Renda Per Capita do Trabalho

		RENDA			
		GINI	THEIL_T	MÉDIA	MEDIANA
2002	Março	0,638	0,849	375,64	175,91
2002	Abril	0,631	0,804	383,60	183,38
2002	Outubro	0,637	0,853	405,85	188,92
2003	Abril	0,630	0,815	357,75	169,47
2003	Outubro	0,618	0,762	347,02	172,89
2004	Abril	0,629	0,798	368,94	179,34
2004	Maio	0,620	0,766	370,21	183,98
2004	Junho	0,617	0,763	389,55	191,89
2004	Julho	0,613	0,752	406,87	202,35
2004	Agosto	0,605	0,732	403,78	207,26
2004	Setembro	0,610	0,755	413,62	208,56
2004	Outubro	0,604	0,739	408,60	210,22
2005	Abril	0,606	0,754	433,07	215,71
2005	Outubro	0,597	0,707	441,49	232,49

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do IBGE

## II.2. Mudanças Recentes do Bolo Distributivo

“De 2002 a 2005, a participação dos 50 % mais pobres no total da renda aumentou de 10.07% para 12.24%), enquanto a parcela apropriada pelos 10% mais ricos cai de 50,1% para 47,27%.”

“Em termos do trabalho metropolitano, 2005 não é pró-pobre mas é anti-elite, favorecendo o grupo intermediário. Agora o efeito-bolsa-família e talvez o efeito do salário mínimo sobre a previdência tem de ser considerados”

Trabalhamos agora com a idéia de distribuição de renda no sentido estatístico, incluindo tanto mudanças na desigualdade como alterações no crescimento da renda (domiciliar *per capita* — isto é, a soma da renda do trabalho de todos os membros dos domicílios dividido pelo número de membros). A principal característica da abordagem aqui utilizada é o seu nível de desagregação com três grupos de renda: o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda *per capita* (mais precisamente, 50,1% pela PME em Outubro de 2002); a metade mais pobre que se apropria de pouco mais de um décimo da renda nacional

(10,7%); e os 40% intermediários cuja parcela na população e na renda praticamente coincide (39,83%), constituindo um país de renda média, uma espécie de Peru, inserido entre a rica Bélgica e a pobre Índia<sup>2</sup>.

Se olharmos as flutuações econômicas dos últimos anos, segundo a perspectiva destes três grupos de renda: a partir de outubro de 2002, data da PNAD vemos que dois anos depois (em outubro de 2004), a participação dos 50 % mais pobres no total da renda aumentou em 20% (de 10,07% para 12%), enquanto a parcela apropriada pelos 10% mais ricos cai (de 50,1% para 47,27%). O grupo intermediário aumenta pouco passa de 39,8% para 40,74%, voltando aos níveis de março de 2002, início da série da nova PME. Agora analisando outubro de 2005 em relação a 2004, os mais pobres não ganham mais espaço em relação ao ano anterior (12% para 12,24%) mas mesmo assim a participação dos mais ricos continua caindo (de 47,27% para 46,31%). Esse ano que não é pró-pobre mas é anti-elite, pois favorece o grupo intermediário é da classe média cuja participação na renda continua crescendo, o que vem acontecendo desde o início da série (que passam de 40,7% para 41,45%). Cabe que como veremos na seção 3 deste sumário que resume os resultados, cabe lembrar que renda do trabalho foi responsável por 72% da grande queda de desigualdade em 2004. É importante chamar a atenção para duas limitações deste dado, a saber: ele só cobre as seis áreas metropolitanas do Brasil, ele deixa de fora outras rendas não trabalho como as advindas de transferência governamentais de programas para pobres e de juros para os grupos com estoque de riqueza financeira.

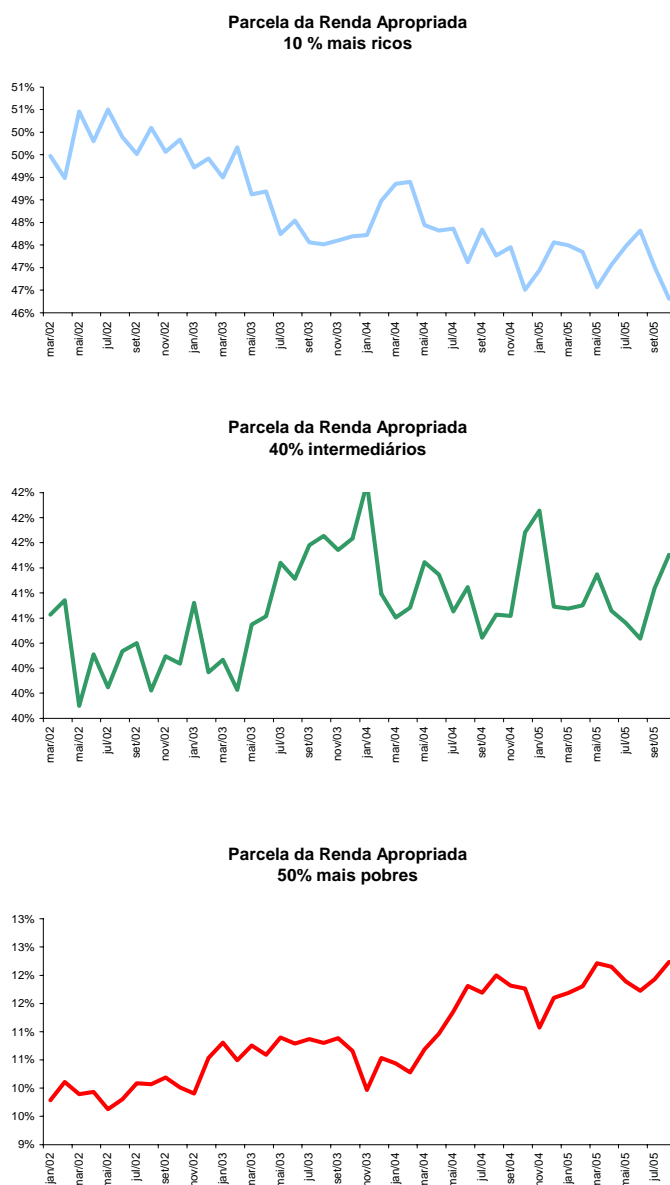
#### Parcela da Renda Apropriada

		50 % mais pobres	40% intermediários	10 % mais ricos	GINI
2002	Março	9.79%	40.74%	49.47%	0,638
2002	Abril	10.11%	40.91%	48.98%	0,631
2002	Outubro	10.07%	39.83%	50.10%	0,637
-----					
2003	Abril	10.49%	39.84%	49.66%	0,630
2003	Outubro	10.80%	41.68%	47.52%	0,618
-----					
2004	Abril	10.28%	40.82%	48.90%	0,629
2004	Maio	10.69%	41.37%	47.94%	0,620
2004	Junho	10.97%	41.22%	47.82%	0,617
2004	Julho	11.36%	40.78%	47.86%	0,613
2004	Agosto	11.81%	41.07%	47.12%	0,605
2004	Setembro	11.69%	40.46%	47.84%	0,610
2004	Outubro	12.00%	40.74%	47.27%	0,604
-----					
2005	Abril	11.80%	40.85%	47.35%	0,606
2005	Outubro	12.24%	41.45%	46.31%	0,597

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do IBGE

<sup>2</sup> Neste aspecto a distribuição de renda do trabalho metropolitana da PME é algo mais concentrada do que a da PNAD nacional de todas as fontes de rendimentos. O Crescimento da Índia do período recente ( 9.3% no primeiro trimestre de 1996) é algo de causar inveja a brasileiros e haitianos.

Os gráficos a seguir mostram a evolução recente de ganhos/perdas da parcela de renda apropriada pelos três grupos analisados.



### III.3. Boom Trabalhista Formal

“a desaceleração trabalhista observada nos dados da PME de 2005 soa ainda mais forte pela leitura de dados do emprego formal fora das áreas metropolitanas, cuja geração líquida cai .”

“Os primeiros meses do ano 2006 apontam para forte retomada do emprego formal. Se assumirmos esse ritmo até o final do ano, seriam criados 1,7 milhões de empregos.”

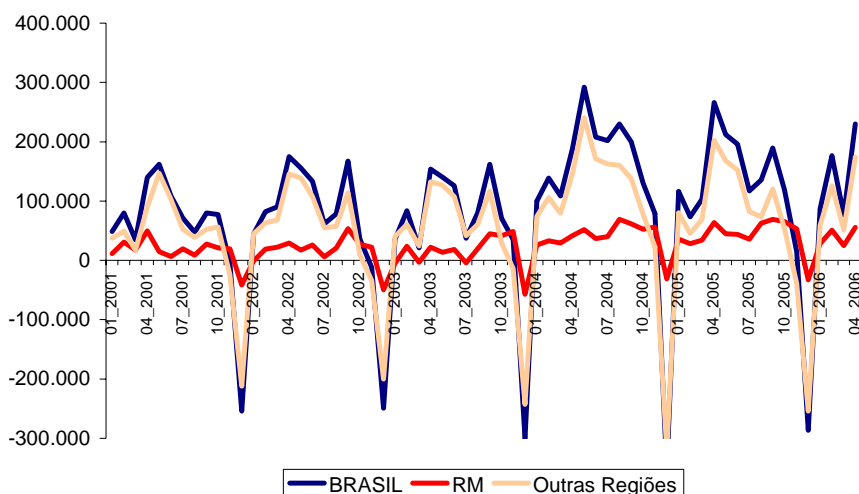
A fim de estender um pouco o escopo regional das flutuações trabalhistas em 2005 incorporamos de maneira estanque os dados do Caged/MTE. Ele funciona como um indicador antecedente estilizado. 2005 também se caracterizou por queda na geração líquida de emprego formal, embora ainda positiva, queda de 17% em relação a 2004 (onde aconteceu um boom, 1,5 milhões de empregos formais gerados e 2.7 milhões de postos de trabalho gerados pela PNAD). Ou seja, o ímpeto de geração de emprego arrefeceu, o que implicaria em menores impactos sobre desigualdade e sobre a pobreza, vis a vis o desempenho excepcional de 2004. Quando realizamos a comparação com outras regiões não cobertas pela PME a preocupação é mais preocupante, pois a queda de geração de emprego formal cai 28.85% , contra um crescimento de 7.63 das áreas cobertas pela PME e uma queda da geração líquida de postos de trabalho de 17.68% no âmbito nacional. Ou seja a desaceleração trabalhista observada nos dados da PME soa ainda mais forte pela leitura de dados formais fora das áreas metropolitanas.

Outra vantagem dos dados do Caged é nos permitir olhar para 2006. Os primeiros meses do ano 2006, já apontam para forte retomada da geração de emprego formal, com 569 mil postos gerados só nos primeiros 4 meses do ano. Se assumirmos esse ritmo até o final do ano, seriam criados 1,7 milhões de empregos conforme gráfico e tabela a seguir. Cabe ressaltar que neste caso são as áreas foras das grandes regiões metropolitanas é que estão puxando a expansão trabalhista formal (63% de crescimento contra -4.82% das áreas metropolitanas cobertas pela PME e 36% de crescimento nacional).

#### Geração Líquida de Emprego

	BRASIL		RM		OUTRAS	
	Total	Var %	Total	Var %	Total	Var %
2006*	1708518	36,25	477.957	-4,82	1.230.561	63,68
2005	1.253.981	-17,68	502.159	7,63	751.822	-28,85
2004	1.523.276	136,01	466.567	184,63	1.056.709	119,46
2003	645.433	-15,34	163.922	-14,66	481.511	-15,57
2002	762.415	28,99	192.092	3,88	570.323	40,42
2001	591.079	-	184.914		406.165	





Fonte: Caged/MTE

#### II.4. Copa do Mundo e Eleições

**“A média de crescimento da renda per capita mediana em anos pré-eleitorais desde 1982 foi de 12,1%, enquanto em anos pós-eleitorais a mesma foi de -11,9%.”**

Após revelar os dados concretos da evolução da distribuição de renda em 2005 e dos seus antecedentes, é importante apontarmos para 2006. Estudo recente da Goldman Sachs fez uma curiosa relação entre crescimento econômico e anos Copa do Mundo, e argumenta de maneira anedótica e divertida mas sem dados duros, que em anos de Copa o Brasil cresceu mais. Portanto como 2006, e ano de Copa, deveríamos crescer. Seguimos aqui uma interpretação diferente, chamando a atenção para o fato que anos de Copa são - e talvez não por coincidência - anos de eleições no Brasil. A nova democracia brasileira está repleta de lançamento de pacotes em sintonia com o calendário eleitoral. Planos que geram custos sociais imediatos traduzidos em desemprego mais alto ou renda mais baixa, como Cruzado II e o Collor ou mudanças cambiais como a maxi de 1983 e a desvalorização do real de 1999, foram lançados logo após as eleições. Ao passo que booms foram, em geral, produzidos no período pré-eleitoral - vide planos Cruzado, Verão e Real. A literatura de ciclo político de negócios explora esta relação usando o eleitor mediano que é quem decide as eleições, como alvo-principal de estratégias econômicas oportunistas. Os dados abaixo demonstram que em todos anos pré-eleitorais (1982,1986, 1989,1998 e 2002) a renda mediana cresceu e que em contrapartida todos os anos pós-eleitorais (1983, 1987, 1990,1999 e 2003)<sup>3</sup> a mesma caiu. A taxa média de crescimento em anos pré-eleitorais é de 12,1%, enquanto em anos pós-eleitorais a mesma é -11,9%. Eleições é a estação da safra de boas notícias já o período posterior é quando a conta começa a ser paga. Cabe notar que os ciclos políticos se tornaram menos marcados à medida que a nova democracia brasileira amadurece e se aproxima

<sup>3</sup> O mesmo tipo de efeito ocorre com outros indicadores baseados em renda. Consideramos apenas eleições legislativas e/ou presidenciais. Excluímos aqui apenas os dados da eleição de 1994 pois não houve PNAD nesta data.

da sua maioria. No que tange a relação entre Copa e eleições, a recessão de 1990, é ilustrativa pois houve Copa mas não eleições nacionais. Neste caso vimos que o desastre foi econômico, futebolístico mas não eleitoral.

Variação Renda Mediana*			
1982	3%	1993	-3%
1983	-23%	1995	21%
1984	-1%	1996	2%
1985	20%	1997	2%
1986	53%	1998	3%
1987	-27%	1999	-3%
1988	-11%	2001	0%
1989	6%	2002	3%
1990	-2%	2003	-1%
1992	-3%	2004	4%

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE  
 \* 1991, 1994 e 2000 não houve PNAD

### III. O Paradoxo Brasileiro

**“Nos últimos dez anos o crescimento deu “bolo” nos brasileiros que caiu a taxa de  $-0.6\%$  ao ano, enquanto o dos pobres cresceu  $0.7\%$ , já descontados o crescimento populacional. O Brasil vive o paradoxo da estagnação econômica com crescimento para os pobres.”**

**“A criação do novo regime de programas sociais gerou impacto pró-pobre mas como o antigo regime não foi desativado, a pressão fiscal adicional travou o crescimento.”**

#### III.1. Visão Geral

Durante os últimos 25 anos, mudanças nos indicadores sociais baseados em renda *per capita*, como desigualdade, pobreza e bem-estar social, têm refletido a volatilidade do ambiente macroeconômico brasileiro: até 1994 as fontes de instabilidade foram às sucessivas tentativas (e falhas) de estabilização, enquanto a partir de 1995 a principal foi a chegada (e a saída) de crises externas. Neste último período o país expandiu programas de transferência de renda, amortecendo as conseqüências sociais da maior instabilidade e do baixo crescimento observados.

O Brasil foi o país do mundo que apresentou a maior inflação, no período de 1960 a 1995. Desde o começo dos anos de 1980, conter a inflação passou a ser o foco das políticas públicas brasileiras. Sucessivos pacotes macroeconômicos e três planos principais foram tentados desde então: Cruzado (1986), Collor (1990) e Real (1994). Apenas o último foi bem-sucedido em abaixar e controlar a inflação. O Real pertence ao tipo de plano de estabilização baseado na fixação da taxa de câmbio, que engendra tipicamente *booms* de consumo ao invés de recessões.

A crise da desvalorização cambial brasileira de 1999, no entanto, gerou importantes mudanças na macroeconomia e nas políticas sociais que podem ser observadas até hoje, tais como: adoção do câmbio flutuante; adoção de metas de inflação; e implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, ligando todos os níveis de governo e estatais, e igualmente estando associados a um pesado incremento do peso dos impostos de 10 pontos percentuais do GDP a partir de 1995, alcançando cerca de 38% no final de 2005. Deve-se ter em mente que havia expansão das despesas públicas e altas taxas de juros reais, que contribuíram para o aumento da dívida pública, a mais da metade do PIB. Esta combinação explica em parte o medíocre desempenho do crescimento da renda per capita brasileira de  $-0.63\%$  ao ano.

Na frente social, o salário-mínimo cresceu 100% em termos reais no início de 1995 a 2004. O salário-mínimo também é o numerário de várias políticas de transferência de renda, indexando benefícios e critérios de elegibilidade, particularmente na previdência social, no seguro-desemprego e na Loas (Lei Organica de

Assistência Social) que podem ser denominados o antigo regime de política social. Em 1995, as despesas com programas sociais já chegavam a 50% do gasto social brasileiro e 11% do PIB. Em 1998, houve mudança com ajustes progressivos dos benefícios, mas que não foi especialmente notado, já que não exigiu mudança constitucional. A partir de 2000, com a criação do Fundo de Erradicação da Pobreza, houve uma gradual adoção dos programas, provinda do governo central para os municípios que apresentavam os menores níveis de Índice de Desenvolvimento Humano. A expansão de programas focalizados de transferências de renda condicionada, como o Bolsa-Escola, e agora o Bolsa-Família, ajudaram a combinar componentes compensatórios e estruturais. A disponibilidade e expansão das redes de proteção social a partir de 2000, geraram um impacto pró-pobre em muitas instâncias. Os impactos sociais da nova geração de políticas de renda não foram inteiramente avaliados, porque mudanças nos benefícios previdenciários passaram despercebidas e a difusão de programas de renda focalizados foram graduais e relativamente recentes.

Esta seção aplica para o Brasil metodologia que avalia o crescimento de diferentes fontes de renda encontradas na Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD). Do ponto de vista metodológico, faz duas importantes contribuições para a literatura. Uma delas é a proposta de nova medida do crescimento pró-pobre, no sentido de aumentar a ponderação daqueles com menor renda. Ela permite uma ligação direta entre as taxas de crescimento na renda média e na desigualdade de renda. Neste contexto, o crescimento é definido como pró-pobre (ou antipobre) se existir um ganho (ou perda) no crescimento da taxa devido a um aumento (ou uma queda) na desigualdade. A outra é uma metodologia de decomposição da contribuição de diferentes fontes de renda do mercado de trabalho e mudanças nas políticas sociais.

Focamos nossa análise empírica no período de relativa estabilidade dos preços, mas freqüente em crises externas, de 1995 a 2004, cujos resultados acreditamos serem mais estruturais, menos explorados na literatura, e mais confiáveis. O processo de deflação da renda nominal durante transições inflacionárias, como as freqüentemente observadas antes de 1995, é complexo e incerto, que a escolha da indexação dos preços é associada a pesos e atrasos envolvem decisões arbitrárias que afetam o nível médio da renda real. Desde que as rendas são nominalmente ajustadas, recebidas e gastas em diferentes momentos, a inflação também afeta na mensuração da desigualdade de maneira espúria. Em outras palavras, não é apenas causalidade que explica a coincidência entre picos de inflação e desigualdade, que aconteceram no Brasil em 1989 e 1994, mas erros de mensuração.

### III.2. Estagnação Econômica

“a adoção de um novo regime de políticas de renda — sem acabar com o antigo regime — baseado em novos programas focalizados de transferência de renda financiados pelo governo federal pode explicar o paradoxo brasileiro”

“nos últimos 10 anos o único espetáculo de crescimento que tivemos foi a preços populares.”

O período iniciado em 1995 perde o *boom* no mercado de trabalho e a redução da pobreza, ambos observados logo após a estabilização do Plano Real (Neri, 1996). Por outro lado, mostra a redução da desigualdade social de 2001-2004, que trouxe a desigualdade brasileira para os níveis mais baixos nos últimos 25 anos (Neri, 2005). Após o pico da chamada crise de desemprego na segunda metade dos anos de 1990, houve alguma recuperação no mercado de trabalho, mais especificamente no emprego formal. Um outro fator chave foi a adoção de um novo regime de políticas de renda — sem acabar com o antigo regime — baseado em novos programas focalizados de transferência de renda financiados pelo governo federal. Esta combinação explica o paradoxo brasileiro de estagnação econômica na renda média e alto crescimento da renda dos mais pobres, que pode ser chamado de espetáculo de crescimento mas só a preços populares.

Os resultados mostram que houve uma tendência de queda da renda real *per capita* numa taxa anual de 0.63% entre 1995-2004. Desde então, a renda *per capita* está praticamente estagnada. Este inexpressivo desempenho da renda *per capita* real piorou ainda mais o segundo período 2001-2004, quando a renda *per capita* real caiu numa taxa anual de -1.35%. Entretanto, este cenário pessimista tende a desaparecer se o crescimento é avaliado em termos do bem-estar social ajustado à desigualdade, o que aqui é chamado de taxa de crescimento pró-pobre. Este é o conceito mais relevante para avaliar o desempenho do país em relação ao seu padrão de vida. No primeiro período (1995-2001), a tendência na taxa de crescimento pró-pobre, apesar de positiva, foi de apenas 0.10%, o que não pode ser considerado um bom desempenho. Já no segundo período (2001-2004), a tendência da taxa de crescimento pró-pobre foi de 3.07%, o que foi um desempenho excepcionalmente bom.

#### CONTRIBUIÇÃO DO CRESCIMENTO % 1995-2004 1995-2001 2001-2004

	1995-2004	1995-2001	2001-2004
<b>Crescimento Total</b>			
<b>Total</b>	-0.63	-0.3	-1.35
<b>Trabalho</b>	-1.17	-1.02	-1.59
<b>Não-Trabalho</b>	0.54	0.72	0.24
<b>Crescimento Pró-pobre</b>			
<b>Total</b>	0.73	0.1	3.07
<b>Trabalho</b>	-0.6	-0.74	0.61
<b>Não-Trabalho</b>	1.33	0.84	2.46

Em pontos de porcentagem anuais

Fonte: microdados da PNAD/IBGE 1995 - 2005

### III.3. Paradoxo Pró Pobre

**“a experiência brasileira mostra um padrão pouco usual de quedas da renda *per capita* real e da pobreza.”**

**“Em 2004, a renda per capita dos pobres subiu 14%, enquanto a renda média da população não cresceu mais de 3,6%. É como se os mais pobres tivessem vivido o esplendor econômico de uma China.”**

Neste contexto, a experiência brasileira mostra um padrão pouco usual de quedas da renda *per capita* real e da pobreza. A princípio, este caso não sustenta a noção de que um positivo (ou negativo) crescimento leva a uma queda (ou aumento) da pobreza. Ainda mais importante, é que o crescimento negativo no período de 1995-2004 foi pró-pobre, no sentido que os pobres obtiveram ganhos de renda, apesar das rendas médias em geral terem caído. Assim, houve uma forte queda na desigualdade no período, que deslocou o efeito negativo do crescimento na pobreza.

A fim de captar a contribuição de diferentes fontes de renda, não é suficiente medir as suas respectivas taxas de crescimento, mas temos de levar em conta as suas ponderações na renda. Em 1995, a renda do trabalho correspondia a 82.1% da renda e 17.9% a não-trabalho. Entretanto, as principais fontes de crescimento da renda, especialmente pró-pobre, se baseia na última. A queda de -0.63 pontos de porcentagem anuais (p.p.a.) da renda per capita do período 1995-2004 pode ser decomposta na contribuição adversa de -1.17 p.p.a. da renda do trabalho e 0.54 p.p.a. das demais rendas. Em compensação, diferenças em crescimento pró-pobre foram algo menos pronunciadas. O bem-estar total aumentou 0.73 p.p.a., e a contribuição da renda do trabalho foi -0.60 p.p.a. Por outro lado, a contribuição da renda não-trabalho foi 1.33 p.p.a. no período 1995-2004.

Focando em períodos específicos a contribuição da renda do trabalho no crescimento da renda média foi de -1.02 p.p.a. no período 1995-2001, para -1.59 p.p.a. no 2001-2004. A contribuição da renda do trabalho no crescimento pró-pobre foi superior a contribuição para o crescimento em si: -0.74 p.p.a. (1995-2001) e 0.61 p.p.a. (2001-2004). Similarmente, a parcela da renda não-trabalho no nível de bem-estar também supera a renda média. O impacto da renda não-trabalho no bem-estar subiu de 0.84 p.p.a. para 2.46 p.p.a. no período 2001-2004. Numa próxima oportunidade passaremos a análise da renda do trabalho, detalhando os seus determinantes mais distantes em cada uma destas frentes.

## **IV. Impacto de Programas Sociais**

**“Durante o período 1995-2001, o efeito bruto da previdência social resultou num aumento da desigualdade.”**

**“O efeito-bolsa família corresponde a 2/3 do crescimento pró-pobre observado de 2001 a 2004 ”**

### **IV.1. Visão Geral**

Atenção especial será dada agora às rendas afetadas diretamente por políticas sociais como, por exemplo, benefícios da previdência social e outras fontes de renda não-provenientes do trabalho que incluem transferências de recursos de programas sociais e renda de capital – a qual é subestimada nos dados da PNAD. As demais fontes de renda não-provenientes do trabalho, como aluguéis e transferências privadas (dinheiro, doações, pensão alimentícia, etc) fazem parte do que é chamada renda não-social.

A Tabela abaixo explica a contribuição bruta de cada componente de renda não-proveniente do trabalho para os padrões de crescimento e redução da desigualdade. Os resultados foram obtidos através do método de decomposição Shapely. De acordo com esta tabela, bolsas sociais (e outras rendas) contribuíram majoritariamente para a redução da desigualdade durante a década de 1995 a 2004. A sua contribuição bruta é particularmente alta entre 2001 e 2004. Enquanto renda não-social aparenta ter um papel menor na redução da desigualdade, o impacto bruto da previdência social tem sido muito importante. Durante o primeiro período (1995-2001), o efeito bruto da previdência social resultou num aumento da desigualdade. Sua contribuição bruta para a desigualdade foi maior que as contribuições brutas dos outros dois componentes. No entanto, a soma das contribuições brutas das outras duas fontes compensa a contribuição bruta da previdência social. Em decorrência disto, a desigualdade da renda não-proveniente do trabalho no primeiro período mostrou uma pequena queda de 0.12%.

## Contribuições das taxas de crescimento através dos componentes de renda

Período	Renda				Renda Total
	Renda do Trabalho	Previdência Social	Outros provenientes trabalho	não-do Renda não-social	
<b>Crescimento Real</b>					
1995-2004	-1.17	0.54	0.06	-0.07	-0.63
1995-2001	-1.02	0.75	0.01	-0.04	-0.30
2001-2004	-1.59	0.17	0.16	-0.10	-1.35
<b>Crescimento pró-pobre</b>					
1995-2004	-0.60	0.40	0.88	0.04	0.73
1995-2001	-0.74	0.34	0.38	0.12	0.10
2001-2004	0.61	0.48	2.00	-0.03	3.07
<b>Desigualdade</b>					
1995-2004	0.57	-0.14	0.82	0.11	1.36
1995-2001	0.28	-0.41	0.37	0.16	0.40
2001-2004	2.20	0.31	1.84	0.07	4.42

Fonte: cálculos do autor.

### IV.2. Previdência Social

**“A do crescimento pró-pobre em relação ao seu custo fiscal sobe de 0.45 entre 1995-2001 para 2.82 em 2001-2004, demonstrando uma melhora da previdência social de atingir os mais pobres.”**

**“Desde 1998, o governo federal adota uma nova política que atribuía reajustes mais altos para os benefícios mais baixos da previdência social.”**

Previdência social é o principal componente da renda social no Brasil, atrás apenas dos rendimentos trabalhistas dentre todas as fontes de renda cobertas pela PNAD. Em 2004, chegou a 19.55% de todas as fontes de renda e 92.5% da renda social. Informações a respeito dos benefícios da previdência social incluem um sistema de repartição e benefícios não-contributivos, ambos sujeitos a políticas discricionárias de renda. A taxa média de crescimento dos benefícios da previdência social per capita foi de 3.25% por ano de 1995 a 2004 (Tabela). A taxa de crescimento médio da previdência social no primeiro período foi muito mais alta do que no segundo período – 4.69% contra 0.86%. No entanto, o crescimento rápido da previdência social resultou num aumento da desigualdade no Brasil entre 1995 e 2004. O seu impacto adverso resultou num aumento de 2.13% da desigualdade no primeiro período. Contudo, o impacto da renda da previdência social sobre a desigualdade foi revertida, quando o seu crescimento diminuiu: levou a uma redução da desigualdade de 3.04% no segundo período. Uma estória semelhante resulta dos dados apresentados na Tabela 16.



Em vista da predominância da transferência pública nesta renda agregada, torna-se importante observar a relação da sua contribuição no crescimento pró-pobre com a do crescimento total da renda. Neste sentido, verifica-se qual a quantidade de recursos públicos (como parte da renda total) que são transformados em bem-estar social, numa espécie de análise de custo-benefício. A correspondente elasticidade do crescimento pró-pobre em relação ao crescimento total (ou seja, seu custo fiscal) pode ser explicada pelo aumento da previdência social de 0.45 entre 1995-2001 para 2.82 em 2001-2004, demonstrando uma melhora clara na capacidade dos benefícios da previdência social de atingir as camadas mais pobres da sociedade brasileira.<sup>4</sup> Depois de 1988, o governo adotou uma nova política que atribuía reajustes mais altos para os benefícios mais baixos da previdência social. Durante todo o período entre 1995-2004, esta elasticidade foi de 0.74 – tal elasticidade possibilita comparar o alcance de diferentes tipos de transferências públicas em relação às camadas mais pobres.

### **IV.3. Bolsas (e outras rendas sociais)**

**“A elasticidade do pró-pobre, com respeito ao seu custo fiscal das bolsas foi de 14.66 entre 1995-2004, mais alta portanto 19.8 vezes maior que a da previdência social.”**

Outras fontes de renda não-provenientes do trabalho incluem diferentes tipos de renda, desde programas de transferência de dinheiro como o Bolsa-Família até renda de capital, como fluxos de juros pagos pela dívida pública. Espera-se que o aspecto pró-pobre seja distinto entre tais itens, apesar de ambos estarem sujeitos a decisões da política pública e serem mediados pelo Estado<sup>5</sup>. Renda de juros é subestimada pelos dados da PNAD, razão pela qual este conceito de renda não-proveniente do trabalho é em grande medida justificada por programas de transferência de dinheiro como o Bolsa-Família.

A Tabela mostra a contribuição bruta de outras fontes não provenientes do trabalho para o crescimento total por ano durante os períodos de 1995-2004, 1995-2001 e 2001-2004 foi, respectivamente, de 0.06, 0.01 e 0.16. Isto significa que o papel das transferências de dinheiro para explicar o crescimento da renda é pequeno. No entanto, pelas mesmas razões, os impactos de outras fontes de renda no déficit fiscal também são relativamente brandos. Ainda conforme a Tabela, a contribuição bruta de outras fontes de renda não-provenientes do trabalho para a redução da desigualdade pesa mais do que a contribuição feita pelos dois outros componentes de renda. Em todo o período de 1995-2004, foi responsável por 0.82% da queda da

---

<sup>4</sup> É possível dividir a informação sobre os benefícios da previdência social em dois regimes: um com benefícios no mesmo valor do salário mínimo, o piso constitucional e outros. Neri (1998, 2001) usou esta abordagem e mostrou que por volta de 60% dos benefícios da previdência social equivaliam a um salário mínimo, enquanto 80% da renda proveniente da previdência social equivaliam a montantes abaixo deste valor. Cada Real adicional que é gasto para reajustar o piso dos benefícios da previdência social resultou numa redução da pobreza 4,5 vezes maior do que um reajuste uniforme de todos os benefícios.

desigualdade. A sua contribuição bruta foi de 1.84% no último período o que indica que as bolsas são fatores determinantes para a redução da desigualdade no Brasil durante o período.

A elasticidade da contribuição de uma transferência específica para o crescimento pró-pobre, com respeito ao seu custo fiscal (contribuição para o crescimento total) é útil para orientar as políticas direcionadas para os grupos mais pobres da sociedade brasileira. A correspondente elasticidade das fontes de renda não provenientes do trabalho foi de 14.66 entre 1995-2004, mais alta portanto do que a elasticidade dos benefícios da previdência social. Cada ponto percentual na parcela de gastos públicos na renda deste item trouxe uma melhora no crescimento das rendas do pobre de 19.8 vezes maior que o da seguridade social.

Em suma, outras fontes de renda não-provenientes do trabalho tiveram um papel dominante no padrão de crescimento pró-pobre, ao mesmo tempo em que tiveram uma contribuição menor para o crescimento total e para as contas fiscais brasileiras. Um pequeno aumento nos programas governamentais de transferência de dinheiro parecem ter um grande impacto nas condições de vida das pessoas pobres.

## V. Tendências Demográficas

**“No período 1995-2004, a taxa de crescimento anual per capita dos idosos foi 1.66% contra 0.67 da sua taxa de crescimento nos estratos mais pobres.”**

**“No todo, enquanto a população brasileira envelhece, os pobres estão ficando mais novos.”**

As principais transferências em termos de renda social tais como previdência social e transferências de renda visam específicos grupos de idade. Os benefícios da previdência social tentam melhorar as condições de vida na terceira idade, enquanto a geração de novos de programas de transferência de renda no Brasil é focalizada em crianças e adolescentes. A renda trabalho também é predominantemente ganha por adultos não-idosos. Entretanto existem exceções para os programas de transferência de renda incluídos na outra fonte de renda outros grupos de idade tais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para o idoso e no seguro desemprego, que beneficia a maioria dos adultos. A renda não-social provém de indivíduos em grupos de idade diversos. Uma maneira de verificar os níveis e as tendências de como as rendas totais afetam diferentes grupos em diferentes estratos da sociedade é comparar taxas de crescimento per capita destes grupos na população com suas respectivas taxas de crescimento pró-pobre.

Dividimos a população em três grupos de idade e calculamos os níveis e as tendências das seguintes variáveis:

---

<sup>5</sup> A dívida pública é a principal fonte de ganhos de juros dos domicílios brasileiros.

- Crianças e jovens per capita no domicílio na casa, com idade entre 0 e 15 anos
- Adultos per capita no domicílio, com idade entre 16 e 64 anos
- Idosos per capita no domicílio, com mais de 65 anos de idade

### Composição e Tendências Demográficas

Período	Composição demográfica sem ajuste			Composição demográfica ajustada pela desigualdade		
	Crianças per capita	Adultos Per capita	Idosos Per capita	Crianças per capita	Adultos Per capita	Idosos Per capita
<b>Nível 1995</b>	0.347	0.596	0.057	0.393	0.541	0.036
<b>Δ1995-2004</b>	-1.96	0.83	1.66	-1.64	0.96	-0.67

A tabela mostra que em 1995, as crianças e os adolescentes representavam 34.7 % em média nos domicílios e a vai até 39.3 % quando usamos o esquema ajustado por desigualdade. Isto implica que é mais provável encontrar uma criança nas classes de renda mais baixas da renda da sociedade brasileira do que em outras. Além disso, a taxa de crescimento anual média da população abaixo de 16 anos de idade foi -1.96 por cento quando sua taxa de crescimento desigualdade-ajustada for -1.64 por cento.

A situação é oposta em todos os aspectos para o grupo de idosos. A parte na população total é mais elevada do que aquela que usa pesos com pesos ajustados por desigualdade e esta diferença aumentou na década. A medida ajustada dos idosos per capita representava 3.6 por cento na média domiciliar em 1995. No período 1995-2004, uma taxa de crescimento anual per capita dos idosos foi 1.66 por cento contra a sua taxa de crescimento desigualdade-ajustada de 0.67 por cento. No todo, enquanto a população brasileira envelhece, os pobres estão ficando mais novos.

## VI. Conclusões

**“os rendimentos trabalhistas dos segmentos mais altos da sociedade brasileira foram o epicentro da estagnação econômica dos últimos 10 anos.”**

**“apesar da renda per capita média cair no período de 1995-2004, este período não pode ser citado como “crise da pobreza”.**

A primeira contribuição metodológica deste trabalho é a proposta de uma nova medida do crescimento pró-pobre. Esta nova medida permite uma ligação entre as taxas de crescimento na renda média e na desigualdade de renda. Neste sentido, o crescimento é definido como pró-pobre (ou antipobre) se existir um ganho (ou perda) no crescimento da taxa devido a um aumento (ou uma diminuição) na desigualdade. A outra contribuição é que este artigo desenvolve uma metodologia de decomposição explorando ligações entre três dimensões: padrões de crescimento, rendas do trabalho e transferências sociais.

Na análise empírica, o estudo utiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Este artigo analisa a evolução dos indicadores sociais brasileiros baseado em renda per capita de 1995 até 2004, . A descrição destes indicadores sociais depende de duas principais dimensões: i) quem foi afetado pelos choques acontecidos no mercado de trabalho e pelas mudanças ocorridas nas políticas sociais? Particularmente, em que extensões feitas nestas inovações afetam o segmento mais pobre da sociedade brasileira?; e ii) em que extensão feita a crise afeta a renda-trabalho vs. outras fontes de renda, como transferências oficiais de dinheiro, benefícios previdenciários e rendas privadas?

A resposta geral para estas perguntas é que os rendimentos trabalhistas dos segmentos mais altos da sociedade brasileira foram o epicentro da crise econômica. Apesar da renda per capita cair no período de 1995-2004, este período não pode ser citado como “crise da pobreza”. Enquanto o mercado de trabalho foi adversamente afetado, rendas provenientes de seguros sociais e outras transferências governamentais tiveram uma função crucial na contenção das conseqüências dos grandes choques observados, especialmente entre os segmentos mais pobres da sociedade brasileira. Por outro lado, o estudo não afasta a hipótese do aumento da carga tributária e da taxa de juros associados à política de gastos públicas expansionistas.

baseados em renda.

## VII. Apêndice: Panoramas

### Renda Domiciliar Per Capta Anual

Dispositivo existente no sítio da pesquisa que permite obter a evolução anual da renda domiciliar per capita do perfil da população total, dos 50% mais pobres, 40% intermediários e dos 10% mais ricos, cruzando com características gerais da população (demográficas, socioeconômicas e espaciais).

<http://www4.fgv.br/cps/simulador/PNADS/ANOS/BRASIL.HTM>

### Renda Mensal do Trabalho

O Panorama é um dispositivo existente no sítio da pesquisa que permite obter a evolução mensal da renda do trabalho (efetiva e habitual) e do perfil da população no conjunto das principais regiões metropolitanas do país, cruzando com características gerais da população (demográficas, socioeconômicas e espaciais). Com ele é possível saber por exemplo, como evoluiu a renda real em diferentes faixas etárias, no período atual. Esse instrumento otimiza e facilita a consulta, o processamento e a análise dados.

The image shows a web interface for data analysis. At the top, there is a dropdown menu labeled 'Análise:' with 'Média de RDPC Efectiva' selected. Below it are three buttons: 'Gerar tabelas', 'Limpar seleção', and 'Selecionar todas'. The interface is divided into three sections:

- Características Demográficas:** A blue box containing checkboxes for 'População Total', 'Idade', 'Número de pessoas no domicílio', 'Sexo', 'Escala ridade', 'Raça', and 'Posição na Família'.
- Características Sócio-Econômicas:** A blue box containing checkboxes for 'Contribui para a Previdência', 'Tamanho da Empresa', 'Tempo de Empresa', 'Posição na Ocupação', 'Frequentar ou Frequentar Algum Curso de Qualificação Profissional', 'Membro de Cooperativa', and 'Jornada (Horas Efectivas)'.
- Características Espaciais:** A blue box containing a checkbox for 'Região Metropolitana'.

Tabela

## Panorama - Média

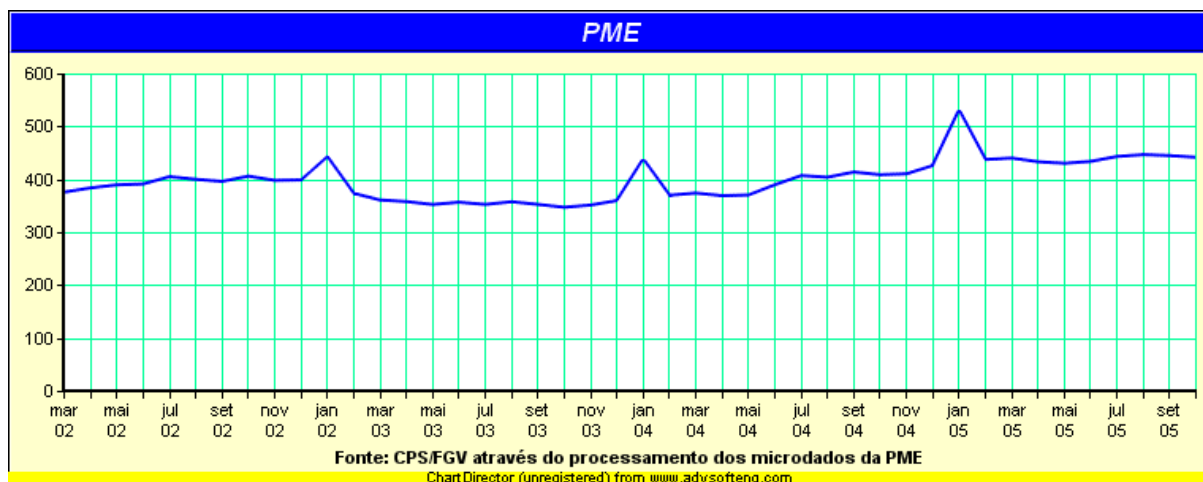
[Voltar](#) [Gráficos de todas as tabelas](#)

Panorama - Média				
População Total				
Categoria	Média Total	Nov02-Out03	Nov03-Out04	Nov04-Out05
Total	389,54	370,68	387,96	440,03

[Gráfico](#)

[Voltar](#)

Gráfico



<http://www4.fgv.br/cps/simulador/pppsite/>

### Referências:

Kakwani, N., Neri, M, Son, H. "Linkages between Pro-Poor Growth, Social Programmes and Labour Market: The Recent Brazilian Experience", 2006.

Neri, M. Miséria em Queda: Mensuração, Monitoramento e Metas, Fundação Getulio Vargas: Rio de Janeiro, Novembro, 2005.

Neri, M., Considera, C. E Pinto "Crescimento, Desigualdade e Pobreza: O Impacto da Estabilização", in Economia Brasileira em Perspectiva 1996. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

